



REVISTA DE DIREITO DA CIDADE
EDITORIAL PARA O VOL. 16-3 (2024)

Maurício Jorge Pereira da Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.03., 2024.
Maurício Jorge Pereira da Mota
DOI: [10.12957/rdc.2024.90452](https://doi.org/10.12957/rdc.2024.90452) | ISSN 2317-7721

A Revista de Direito da Cidade, indexada na Web of Science e no Google Scholar com mediana H5 de 14,0, de periodicidade trimestral, nesse volume 16, número 02, 2024, tem o prazer de informar que nossa Revista foi classificada pela MIAR - Information Matrix for the Analysis of Journals da Universidade de Barcelona como uma Revista fortemente internacionalizada, sendo indexada na Emerging Sources Citation Index (Clarivate), vLex DOAJ, Legal Source (EBSCO), Legal Collection (EBSCO) e avaliada internacionalmente em: Directory of Open Access Journals.

A Revista tem ainda o prazer de publicar o artigo “Ecological ICMS: an analysis of the socioeconomic and environmental reflexes in the municipalities of the Ribeira Valley in the state of São Paulo, Brazil” de Luiz Panhoca e Josele Nunes Ferreira.

O artigo “Ecological ICMS: an analysis of the socioeconomic and environmental reflexes in the municipalities of the Ribeira Valley in the state of São Paulo, Brazil” analisa que o ICMS Ecológico (ICMS-E) é um mecanismo brasileiro de transferência fiscal ecológica que incentiva os municípios a realizarem práticas de conservação ambiental. No estado de São Paulo, os municípios que receberam o maior valor de ICMS-E estão localizados na região do Vale do Ribeira, destacada pela sua diversidade ecológica associada a uma precária condição socioeconômica, verificada pelos baixos indicadores de Produto Interno Bruto (PIB) per capita municipal. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre a situação ambiental e social com a arrecadação de ICMS-E nos municípios do Vale do Ribeira em São Paulo. Trata-se de uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa. A amostra foi composta por municípios da região do Vale do Ribeira em São Paulo. Foram utilizados estatística descritiva, regressão linear múltipla e teste t de Student. O período de análise compreendeu 2010 e 2020. Os resultados indicaram que o aumento do repasse do ICMS-E não refletiu em aumento considerável da cobertura vegetal dos municípios. Quanto ao aspecto social, houve indícios de que o aumento do valor do repasse do ICMS-E, na prática, não afeta o PIB municipal. Tais resultados demonstram a necessidade de repensar os critérios e a efetividade dos repasses fiscais ecológicos do ICMS-E na região do Vale do Ribeira.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no atual volume 16, número 02, 2024, publicamos 16 (dezesesseis) artigos inéditos, sendo 04 (quatro) artigos estrangeiros ou de professores brasileiros que estão atuando em universidades no exterior: Ecología humana y cambio civilizatorio: reflexiones sobre el derecho a vida; o já citado Ecological ICMS: an analysis of the socioeconomic and environmental reflexes in the municipalities of the Ribeira Valley in the state of São Paulo, Brazil; A cidade e o descanso humano: uma discussão jurídico-filosófica e o IPTU como instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável: uma análise à luz das smart cities.



Em nossa Seção Ensaio publicamos 02 (dois) ensaios sobre políticas públicas: “O direito à moradia para as mulheres chefes de família beneficiárias do PMCMV no município de Curitiba (PR)” e “Conflitos fundiários e risco: remoções forçadas enquanto fator de risco em assentamentos urbanos informais e regularização fundiária em áreas de risco de desastres”.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e de muitos países estrangeiros, em um total de mais de 420 pareceristas avaliadores.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista de Direito da Cidade está indexada.

Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista de Direito da Cidade são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota - Editor da Revista de Direito da Cidade

Sobre o autor:

Maurício Jorge Pereira da Mota

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Procurador do Estado - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB. Editor Chefe da Revista Quaestio Iuris e da Revista de Direito da Cidade. Coordenador do Curso de Especialização em Advocacia Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Privado e Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: boa-fé, contratos, proteção ao devedor, políticas públicas, direito ambiental e controle da administração pública.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.03., 2024.

Maurício Jorge Pereira da Mota

DOI: 10.12957/rdc.2024.90452 | ISSN 2317-7721